

## Banco de dados pode proteger saber tradicional indígena

*Proposta dos índios garantiria direitos de propriedade sobre conhecimentos ancestrais*

EVANILDO DA SILVEIRA

Enviado especial

**M**ANAUAS – O Brasil pretende criar um banco de dados sobre os conhecimentos tradicionais das populações indígenas que vivem em seu território. O objetivo é proteger o saber milenar dos índios – como sobre as propriedades terapêuticas de plantas – e repartir com seus detentores os lucros conseguidos com exploração comercial dessas informações.

A proposta foi feita pelo líder indígena Marcos Terena no Seminário Internacional sobre o papel da Proteção da Propriedade Intelectual nos campos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Tradicionais, que terminou ontem, em Manaus.

“A idéia é boa e vamos discutir com os maiores interessados”, disse o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), José Graça Aranha, um dos organizadores do evento, com a Comissão Européia, braço executivo da União Européia. Uma reunião com 20 pajés está marcada para dezembro, em Brasília.

Terena disse que o banco de dados é uma forma de os índios também se beneficiarem da exploração da biodiversidade bra-

sileira e dos conhecimentos produzidos por seus ancestrais. “Não queremos mais participar apenas como fonte de informações sobre a riqueza da floresta”, afirmou. “Queremos fazer parte das discussões sobre o assunto e nos beneficiar desse patrimônio, que é nosso. Não vamos aceitar sermos representados pela Funai ou por alguma ONG nesses debates, senão, mais uma vez, será o branco falando pelo índio.”

Na verdade, a idéia vem de um modelo existente na Venezuela. Segundo Thaimy Márquez, diretora-geral do Serviço Autônomo da Propriedade Intelectual da Venezuela, o banco de dados dos conhecimentos tradicionais das nações indígenas da Amazônia venezuelana

começou a ser montado há três anos. “Hoje temos cerca de 9 mil referências catalogadas”, disse Thaimy. “São cerca de 5 mil dados sobre plantas e 4 mil sobre procedimentos médicos e outros conhecimentos desses povos.”

As informações armazenadas estão protegidas e quem quiser fazer pesquisa sobre elas tem de assinar um contrato. “Um dos itens mais importantes do contrato é que o que for descoberto a partir de um dado do banco deve voltar a ele”, disse Taimy. “Outro ponto importante é que os benefícios obtidos com as pesquisas devem ser repartidos com os índios. Não necessariamente em dinheiro. Pode ser a construção de um hospital, por exemplo.”

**A**RQUIVO  
JÁ EXISTE NA  
VENEZUELA  
HÁ 3 ANOS